

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Credenciamento de instituições especializadas no serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes de 0 (zero) até 18 (dezoito) anos incompletos, de ambos os sexos, inclusive com deficiência, sob medida de proteção, ou ainda em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, residentes e domiciliadas no município de Itajaí, para atender à demanda de até 150 (cento e cinquenta) vagas simultâneas ocupadas por usuários, mensuradas por mensalidade proporcional ao uso, para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

1.1. Tipo de objeto

(X) Serviço de Proteção Social Especial – Alta Complexidade.

1.2. Especificações e quantidades

ITEM	DESCRIÇÃO	QTE	VALOR MENSAL DA VAGA	VALOR MENSAL TOTAL
1	Vaga de acolhimento institucional temporário para crianças e adolescentes, de ambos os sexos, inclusive com deficiência, sob medida de proteção, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em regime integral (24 horas), conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, com pagamento mensurado por mensalidade proporcional ao uso.	150	R\$ 6.334,06	R\$ 950.109,00
CUSTO TOTAL PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES: R\$ 11.401.308,00				

A adoção de valor único por vaga considera a natureza continuada e de alta complexidade do Serviço de Acolhimento Institucional, bem como os parâmetros técnicos previstos neste Termo de Referência e nas normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O item 7.4 deste TR prevê o escalonamento da equipe de cuidadores e auxiliares conforme a complexidade das demandas apresentadas pelos usuários acolhidos, estabelecendo quantitativo diferenciado de profissionais quando houver necessidades específicas de cuidado e apoio. Dessa forma, eventual variação operacional decorrente do nível de dependência já se encontra contemplada nas obrigações técnicas exigidas das instituições credenciadas.

Ressalta-se, ainda, que o perfil e o grau de dependência das crianças e adolescentes acolhidos possuem caráter dinâmico, podendo sofrer alterações ao longo da execução do

serviço, conforme evolução do quadro individual e demais fatores psicossociais, o que dificulta a adoção de parametrização financeira variável por usuário.

Ademais, os custos predominantes do serviço possuem natureza estrutural e permanente, envolvendo funcionamento ininterrupto, equipe técnica mínima, alimentação, despesas com imóvel e manutenção do serviço, independentemente das especificidades individuais dos acolhidos.

1.3. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

Os serviços do objeto desta contratação são caracterizados como de natureza especial, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar, por se tratarem de oferta vinculada à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e demais normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, exigindo organização técnico-operacional específica, equipe qualificada e atendimento continuado a usuários em situação de risco pessoal e social.

1.4. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

O serviço é classificado como de natureza continuada, considerando que o acolhimento institucional demanda atendimento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), para garantir a proteção integral das crianças e adolescentes durante todo o período de acolhimento, e por prazo indeterminado, conforme a necessidade do usuário, em razão da situação de risco pessoal e social e da medida de proteção aplicada.

Da aplicabilidade da Lei Municipal nº 7.785/2025

TRATAMENTO EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

Não haverá a aplicação da lei municipal uma vez que o valor do objeto ultrapassa montante legalmente estabelecido para a que o tratamento exclusivo se aplique.

1.5. Objetivo geral

Acolher crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos incompletos, de ambos os sexos, inclusive aqueles com deficiência, sob medida de proteção prevista no art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se encontrem em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis estejam temporariamente impossibilitados de exercer suas funções de cuidado e proteção, residentes e domiciliados no município de Itajaí, assegurando-lhes proteção integral, atendimento individualizado e provisório, em ambiente que favoreça o desenvolvimento biopsicossocial, a preservação de vínculos familiares e comunitários e o acesso à rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas.

1.6. Objetivos específicos

I – Proteção e cuidado integral

- Garantir acolhimento e proteção integral, de forma individualizada, inclusive para crianças e adolescentes com vínculos de parentesco, priorizando sua permanência conjunta;
- Assegurar atendimento em pequenos grupos, com respeito à individualidade, dignidade e preservação da identidade;

- Garantir cuidados integrais, incluindo alimentação adequada, vestuário, saúde, higiene e condições de habitabilidade e acessibilidade;
- Oferecer ambiente acolhedor e condições adequadas ao desenvolvimento integral;
- Prevenir o agravamento de situações de negligência, violência e violação de direitos;
- Garantir o acompanhamento sistemático dos casos, com elaboração de relatórios técnicos.

II – Desenvolvimento, autonomia e inclusão social

- Promover a escolarização e o acesso às políticas públicas e serviços;
- Estimular o desenvolvimento de habilidades, autonomia, autocuidado e protagonismo, respeitando interesses e potencialidades individuais;
- Proporcionar a participação em atividades culturais, esportivas, de lazer e de integração social;
- Promover a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na vida comunitária e social;
- Desenvolver ações voltadas à preparação para a vida independente e ao fortalecimento da autonomia.

III – Convivência familiar e comunitária

- Favorecer a convivência familiar e comunitária, bem como a preservação e o fortalecimento de vínculos, salvo determinação judicial em contrário;
- Desenvolver ações voltadas à reintegração familiar;
- Possibilitar a convivência comunitária e o exercício da cidadania;
- Assegurar o exercício da liberdade religiosa, respeitadas as crenças individuais.

IV – Planejamento, acompanhamento e garantia de direitos

- Elaborar e executar o Plano Individual de Atendimento – PIA, em conjunto com a criança/adolescente, considerando suas necessidades e especificidades;
- Promover o acesso à documentação civil básica, conforme legislação vigente;
- Garantir o acesso à inclusão e/ou atualização no Cadastro Único para Programas Sociais;
- Realizar articulação com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

V – Articulação intersetorial e gestão do serviço

- Realizar articulação intersetorial com as políticas públicas, especialmente saúde e educação;
- Promover reuniões e articulações sistemáticas com a rede socioassistencial e demais serviços;
- Desenvolver ações de acompanhamento ao egresso;
- Assegurar a qualificação contínua do serviço, por meio da atualização de metodologias e educação permanente das equipes;
- Manter equipe com formação compatível e organização técnico-operacional adequada à execução do serviço.

1.7. Público Alvo

Crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos incompletos, de ambos os sexos, inclusive com deficiência, sob medida de proteção, nos termos do art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, em situação de risco pessoal e social e com direitos violados, cujas

famílias ou responsáveis estejam temporariamente impossibilitados de exercer sua função de cuidado e proteção, residentes e domiciliados no Município de Itajaí.

1.8. Do Impacto Social Esperado

I – Segurança de Acolhida

- Garantia de acolhimento imediato e proteção integral a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social;
- Oferta de ambiente seguro, com condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e dignidade;

II – Segurança de Convívio Familiar e Comunitário

- Fortalecimento e preservação dos vínculos familiares e comunitários, sempre que possível;
- Promoção da convivência comunitária e do acesso a espaços de socialização;
- Contribuição para processos de reintegração familiar e social.

III – Segurança de Desenvolvimento da Autonomia

- Promoção do desenvolvimento da autonomia individual e social;
- Estímulo ao protagonismo, às habilidades pessoais e à construção de projetos de vida;
- Ampliação do acesso à rede socioassistencial, às políticas públicas e às oportunidades sociais.

IV – Redução de Violações de Direitos

- Redução das situações de violação de direitos, bem como de sua reincidência e agravamento;
- Contribuição para o rompimento de ciclos de violência e vulnerabilidade;
- Garantia da proteção integral e do acesso a direitos fundamentais.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Considerando os avanços da Política Nacional de Assistência Social, que reconhece a assistência social como direito de todos que dela necessitam, com vistas à universalização da cobertura e ao acesso aos serviços socioassistenciais, bem como a responsabilidade do ente público na garantia da proteção integral a crianças e adolescentes, evidencia-se a necessidade de ampliação da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional no Município de Itajaí/SC.

Atualmente, a oferta de vagas de acolhimento institucional, operacionalizada por meio de parcerias e credenciamento, mostra-se insuficiente frente à demanda existente, apresentando cenário recorrente de elevada ocupação e indicativos de superlotação.

Conforme dados atualizados referentes a abril de 2026, extraídos de relatórios da Vigilância Socioassistencial, o Município conta, no momento, com 99 (noventa e nove) crianças e adolescentes em cumprimento de medida protetiva de acolhimento institucional, inclusive com a utilização de vagas em serviços localizados fora do município, o que evidencia, de forma objetiva, a insuficiência da capacidade instalada local frente à demanda existente.

Do ponto de vista técnico, o cenário apresentado indica extrapolação dos parâmetros de capacidade estabelecidos pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que orienta a oferta do acolhimento institucional em pequenos grupos e com atendimento

individualizado, considerando a complexidade das situações atendidas e a necessidade de garantia das seguranças socioassistenciais.

Ressalta-se que a demanda por acolhimento institucional possui caráter contínuo e, em grande medida, imprevisível, uma vez que decorre da aplicação de medidas protetivas por autoridade competente, exigindo pronta resposta do poder público para garantia da proteção integral.

A ampliação da oferta do serviço justifica-se, portanto, pela necessidade de assegurar a proteção integral e a garantia dos direitos socioassistenciais de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e com direitos violados, especialmente no que se refere às seguranças de acolhida, de convívio familiar e comunitário e de desenvolvimento da autonomia, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Nesse contexto, o credenciamento de instituições configura-se como a estratégia mais adequada, por possibilitar a ampliação da rede de atendimento de forma complementar, contínua e flexível, garantindo maior capacidade de resposta às demandas existentes e supervenientes, sem prejuízo da qualidade e da observância às normativas vigentes.

Ressalta-se, ainda, que o acolhimento institucional deve ocorrer em caráter excepcional e provisório, com acompanhamento sistemático e foco na reintegração familiar, seja na família de origem ou extensa, ou, quando esgotadas as possibilidades, no encaminhamento para família substituta, inclusive por meio de adoção, mediante decisão judicial, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento e demais normativas aplicáveis.

A contratação pretendida visa garantir a continuidade da oferta da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, serviço de responsabilidade estatal cuja interrupção pode ocasionar grave prejuízo à proteção integral de crianças e adolescentes submetidos a medidas protetivas.

A constituição de rede credenciada ampliada possibilita maior capacidade de resposta às demandas judiciais e administrativas, preservando a continuidade do atendimento e a observância dos parâmetros estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social.

Diante desse contexto, a ampliação da oferta por meio de credenciamento de novas instituições configura-se como medida necessária e adequada para garantir a continuidade, a qualidade e a legalidade da prestação do serviço, assegurando o atendimento digno e a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes no âmbito do Município de Itajaí.

3. DOS PARÂMETROS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será realizada por meio de credenciamento, nos termos do art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza não competitiva do objeto e a necessidade de credenciamento de múltiplas instituições aptas à prestação do serviço de acolhimento institucional, conforme demanda da Administração Pública.

O credenciamento não implica garantia de demanda, sendo a ocupação das vagas condicionada à necessidade do serviço e à regulação realizada pela gestão municipal.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

O presente procedimento caracteriza-se como credenciamento, de natureza não competitiva, destinado à contratação de instituições aptas à prestação de serviços de acolhimento institucional.

Em razão da natureza do credenciamento, não haverá julgamento de propostas por critério de menor preço, técnica e preço, maior desconto ou qualquer outro critério competitivo, uma vez que se trata de procedimento voltado à habilitação de todos os interessados que atendam integralmente às exigências estabelecidas pela administração.

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Habilitação jurídica (art. 62, inciso I):

I – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

II – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

III – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

a) No que couber, os documentos referidos poderão ser substituídos por “Certidão Simplificada” emitida pela Junta Comercial do Estado, da sede da empresa; Essa certidão deverá ter prazo de emissão de no máximo 90 (noventa) dias.

b) Na apresentação do estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, deverá constar além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com objeto;

IV – Apresentar declaração de parentesco;

V - Documento declarando que o interessado cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista (art. 62, inciso III):

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da Sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

5.3. Qualificação técnica (art. 62, inciso II):

Para fins de habilitação, deverá a interessada comprovar os seguintes requisitos:

a) Regimento Interno da Instituição;

b) Registro nos Conselhos Municipais específicos (Conselho Municipal da Criança e Adolescente e Conselho Municipal de Assistência Social);

c) Apresentar Atestado/Certificado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a interessada realizou fornecimento compatível com o objeto da presente licitação. Informações mínimas no atestado: nome da pessoa jurídica que forneceu o atestado, com identificação da pessoa/cargo que assinou o documento; identificação do objeto; local e data;

e.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

e.2. Fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo órgão público, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

d) As interessadas, no ato de suas habilitações, deverão informar a quantidade de vagas que estarão disponibilizando a contratante relativo no decorrer da vigência estabelecida neste termo.

5.4. Qualificação econômico-financeira:

a) Certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial (Concordata), expedida pelo Distribuidor da sede da empresa interessada há, no máximo, 90 (noventa) dias da data de apresentação das propostas, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

***Poderão ser descredenciadas pela contratante, a qualquer tempo, as instituições que não estiverem atendendo os requisitos, as exigências deste termo e as normas pertinentes e legais que orientam a execução da natureza do serviço contratado, sendo assegurada a NOTIFICADA o princípio da ampla defesa e do contraditório a partir de NOTIFICAÇÃO formal.**

***Após a habilitação, como condição de assinatura do contrato, as instituições credenciadas deverão apresentar, previamente ao início da execução, alvará de funcionamento válido, alvará sanitário vigente, comprovação da regularidade dos registros exigidos pelos órgãos competentes, e comprovação das condições físicas, operacionais e técnicas necessárias à execução do serviço.**

6. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

6.1. Prazo de execução: O credenciamento deverá ser publicado e permanecer aberto por prazo indeterminado. A contratação com as partes interessadas deverá iniciar a partir da efetiva assinatura do contrato administrativo, que terá vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma de lei.

6.2. O serviço a ser executado pela contratada deverá estar de acordo com as normativas da Resolução nº 1, de 18 de junho de 2009, do CONANDA, juntamente com a NOB-RH/SUAS e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n. 109/2009).

7. DEMAIS CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

7.1. Dos ambientes físicos e recursos materiais:

a) O serviço deverá ser prestado em imóvel próprio ou locado pela instituição para esta finalidade, em área residencial e de fácil acesso, sendo localizado no município de Itajaí ou em município situado no raio máximo de 80 km (oitenta quilômetros) a partir do Município

de Itajaí, viabilizando o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato com a devida eficácia, que deverá ser comprovado através do alvará de funcionamento.

A definição de raio de até 80 km (oitenta quilômetros) fundamenta-se na necessidade de garantir oferta suficiente e diversificada de vagas, considerando a limitação da rede existente no município de Itajaí e na região de abrangência imediata, especialmente para determinados perfis de atendimento.

Na prática, verifica-se dificuldade recorrente na disponibilização de vagas compatíveis, o que exige a ampliação da busca para outros municípios da região.

Tal delimitação busca compatibilizar a ampliação do acesso a serviços adequados com a preservação da convivência familiar e comunitária, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente e as orientações da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (especificamente as orientações contidas na Circular nº 316/2021/CGJ).

Destaca-se que o raio estabelecido corresponde a um tempo de deslocamento que ainda viabiliza a realização de visitas familiares periódicas e o acompanhamento técnico pelas equipes da rede socioassistencial, não implicando, por si só, o encaminhamento automático para unidades mais distantes.

Será priorizada a utilização de vagas localizadas no Município de Itajaí e em municípios de sua região próxima, observando-se a preservação dos vínculos familiares e comunitários.

Na inexistência de vagas compatíveis com o perfil do usuário ou quando houver necessidade de atendimento especializado, poderão ser utilizadas instituições localizadas em outros municípios do Estado de Santa Catarina.

A definição do local de acolhimento observará o melhor interesse da criança e do adolescente, a manutenção da convivência familiar e comunitária, a adequação do serviço às necessidades apresentadas e a disponibilidade imediata de vaga.

O acolhimento fora do município de origem permanecerá como medida excepcional, devidamente justificada em cada caso concreto, priorizando-se sempre que possível a permanência em território próximo à família e à comunidade de referência.

Por fim, a ampliação do raio de credenciamento mostra-se necessária para assegurar a continuidade do atendimento e evitar desassistência, especialmente em situações de urgência e diante da insuficiência de vagas locais.

b) Quanto às acomodações e à estrutura física das interessadas, estas deverão seguir as disposições mínimas estabelecidas pelo documento “Orientações Técnicas – Serviços de Acolhimento Para Crianças e Adolescentes”, aprovado através da Resolução Conjunta número 1, de 18 de junho de 2009, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), especialmente o contido nos itens **4.1.3** e **4.1.5**, bem como quanto à organização dos ambientes, metragem, acessibilidade e ambiência. Além disso, o imóvel deverá possuir alvará sanitário atualizado expedido pelo órgão competente, bem como apresentar condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e acessibilidade, estando em conformidade com o disposto na lei n. 10.098/2000, bem como demais legislações aplicáveis e normas técnicas.

c) O imóvel deverá possuir alvará sanitário atualizado, expedido pelo órgão competente, e apresentar condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e acessibilidade, em conformidade com a Lei Federal nº 10.098/2000, bem como

com as normas técnicas da ABNT e demais legislações aplicáveis nas esferas federal, estadual e municipal.

d) Com relação aos materiais, deverá a Instituição possuir materiais permanentes e materiais de consumo necessários ao desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, telefone, camas, colchões, roupas de cama e banho, utensílios para cozinha, material de limpeza e higiene, vestuário, materiais pedagógicos, culturais e esportivos, entre outros necessários a execução do serviço.

e) A unidade de acolhimento deverá estar inserida na comunidade e organizada de forma a garantir ambiente acolhedor, com características residenciais, evitando aspectos institucionais, de modo a proporcionar condições de habitabilidade, privacidade, convivência familiar e comunitária e respeito à dignidade dos usuários, conforme disposto nas Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes;

f) Os dormitórios deverão assegurar condições adequadas de espaço, ventilação, iluminação e organização, respeitando, preferencialmente, o limite de até 4 (quatro) usuários(as), podendo, em caráter excepcional, acomodar até 6 (seis), desde que não haja prejuízo à individualidade, ao convívio e ao bem-estar dos acolhidos.

7.2. Do trabalho social essencial ao serviço:

a) O Serviço de Acolhimento Institucional deverá assegurar a oferta de trabalho social contínuo, sistemático e qualificado, contemplando, no mínimo:

- acolhida e escuta qualificada;
- atendimento individual e em grupo;
- desenvolvimento do convívio familiar, comunitário e social;
- estudo social e diagnóstico socioeconômico;
- elaboração, execução e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento (PIA);
- apoio e orientação às famílias de origem, com vistas à sua função protetiva;
- cuidados pessoais e promoção da autonomia;
- orientação, encaminhamentos e articulação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas;
- acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados;
- articulação com o Sistema de Garantia de Direitos;
- elaboração de relatórios técnicos e registros em prontuário;
- mobilização e identificação da família extensa ou ampliada;
- incentivo à convivência comunitária e à participação cidadã;
- preparação gradativa para o desligamento;
- inserção em atividades educacionais, culturais, esportivas e de qualificação profissional, conforme faixa etária;
- organização e gestão de informações e banco de dados do serviço.

b) As interessadas deverão observar integralmente os princípios previstos no art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), assegurando:

- preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar, sempre que possível;
- integração em família substituta, quando esgotadas as possibilidades de permanência na família de origem;
- atendimento personalizado e em pequenos grupos;

- desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;
- não desmembramento de grupos de irmãos;
- evitar transferências desnecessárias entre unidades de acolhimento;
- garantia de participação na vida comunitária local;
- preparação gradativa para o desligamento;
- participação da comunidade no processo educativo.

c) O serviço deverá ser organizado em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), notadamente a centralidade na família, a proteção integral, a territorialização, a intersetorialidade, a primazia da responsabilidade estatal e a garantia de direitos.

d) O serviço deverá funcionar ininterruptamente, 24 (vinte e quatro) horas por dia, garantindo atendimento contínuo, qualificado e individualizado.

7.3. Das formas de acesso:

a) Os encaminhamentos das crianças e adolescentes para o Serviço de Acolhimento Institucional deverão ser exclusivamente pelo Poder judiciário e excepcionalmente por requisição do Conselho Tutelar, ou pelo serviço de acolhimento, que deverá obedecer aos requisitos do art. 93 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

b) O acolhimento deverá ocorrer em caráter imediato e de forma emergencial, com atendimento em regime de 24 (vinte e quatro) horas por profissionais capacitados e preparados, com cumprimento imediato após o recebimento do Mandado de Medida de Proteção.

7.4. Dos recursos humanos:

a) A equipe do Serviço de Acolhimento Institucional deverá atuar em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), a NOB-RH/SUAS e as “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (Resolução Conjunta CONANDA/CNAS nº 01/2009).

b) A composição da equipe deverá observar o porte do serviço e o número de usuários atendidos, garantindo equipe mínima de referência para até 20 (vinte) usuários por unidade, com ampliação conforme a demanda e especificidades do público.

c) A equipe deverá ser interdisciplinar, composta por profissionais de nível superior e médio, incluindo, no mínimo, coordenação, equipe técnica e cuidadores/educadores sociais, assegurando atendimento contínuo e qualificado.

Profissional/função	Escolaridade	Quantidade
Coordenador	Nível superior	1 profissional, com carga horária de 40 horas semanais e dedicação exclusiva, referenciado para até 20 usuários acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos.

Assistente	Nível superior	1 profissional, com carga horária de 30 horas semanais, para atendimento de no máximo 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade.
Psicólogo	Nível superior	1 profissional, com carga horária de 30 horas semanais, para atendimento de no máximo 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade.
Cuidador/educador Social	Nível médio, atendendo a Resolução do CNAS Nº 09/2014, com qualificação na área	<p>04 profissionais com carga horária de 40 horas semanais, seguindo as seguintes regras:</p> <p>1 profissional para até 10 usuários por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuário com demanda específica de saúde, pessoas soro positivas, pessoa idosa com grau de dependência II ou III, dentre outras. Para tanto deverá ser adotada a seguinte redação:</p> <p>1 cuidador social para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas;</p> <p>1 cuidador social para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.</p>
Auxiliar do Cuidador/educador	Ensino fundamental completo e	04 profissionais com carga horária de 40 horas semanais, seguindo as seguintes

Social	qualificação específica	regras: 1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuário com demanda específica de saúde. Para tanto, deverá ser adotada a seguinte redação: 1 cuidador social para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; 1 cuidador social para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.
Auxiliar de limpeza	Ensino fundamental completo	1 profissional com carga horária de 40 horas semanais
Cozinheiro	Ensino fundamental completo	1 profissional com carga horária de 40 horas semanais

c) Os recursos humanos das instituições credenciadas deverão estar compatíveis como descrito no quadro acima. Os profissionais devem estar capacitados para realizar as atividades e, no caso da equipe técnica, possuir registro em seus respectivos conselhos de classe, atendendo, inclusive, ao que dispõe as legislações específicas de cada segmento, o que deverá ser comprovado no ato da habilitação.

8. DA DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE VAGAS

8.1. A regulação e o controle das vagas serão realizados pela Vigilância Socioassistencial, em articulação com a equipe técnica da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, a gestão municipal da política de assistência social e o(a) fiscal do contrato, observando critérios técnicos, o perfil do usuário e o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

8.2. O encaminhamento para o serviço de acolhimento institucional ocorrerá mediante determinação do Poder Judiciário ou requisição do Conselho Tutelar, devendo tais órgãos

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Endereço: Rua Antônio Caetano nº 105, Fazenda, 88302-380, Itajaí/SC

E-mail: sas-secretaria@itajai.sc.gov.br

Telefone: (47) 3248-0800

comunicar previamente a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, considerando tratar-se de serviço executado por meio de credenciamento.

8.3. Após a comunicação, caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, por meio da Diretoria de Proteção Social Especial, em articulação com a Vigilância Socioassistencial, realizar a indicação da unidade de acolhimento mais adequada, considerando a disponibilidade de vagas, o perfil do usuário e a necessidade de preservação de vínculos.

8.4. É vedado o acolhimento direto pelas instituições credenciadas sem prévia articulação com a gestão municipal, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas, que deverão ser imediatamente comunicadas à Diretoria de Proteção Social Especial e à Vigilância Socioassistencial.

8.5. A ocupação das vagas e o quantitativo de diárias serão monitorados pela Vigilância Socioassistencial, em articulação com o(a) fiscal do contrato, por meio de instrumentos de controle próprios.

8.6. Com vistas à preservação dos vínculos, à proteção integral dos usuários e à continuidade das ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA), será assegurada, sempre que tecnicamente recomendada, a permanência do usuário na instituição em que já se encontra acolhido, desde que esta esteja credenciada no presente processo. A decisão deverá ser devidamente fundamentada em relatório técnico da equipe de referência, podendo considerar a manifestação do responsável legal, quando houver.

8.7. Na hipótese de descredenciamento de entidade durante a execução contratual, as vagas serão redistribuídas entre as instituições credenciadas, observando critérios técnicos, a disponibilidade de vagas e a garantia da continuidade do atendimento, evitando a ruptura de vínculos e assegurando transição planejada.

8.8. A documentação do usuário, incluindo o Plano Individual de Atendimento (PIA) e demais registros, deverá acompanhá-lo em caso de transferência ou desligamento do serviço, assegurando a continuidade do atendimento.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Obrigações da Contratada:

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, são obrigações da contratada:

- a) Executar o serviço de acolhimento institucional em conformidade com as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e demais legislações aplicáveis, observando as diretrizes estabelecidas pela contratante;
- b) Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais obrigações legais decorrentes da execução do serviço, eximindo o Município de qualquer ônus ou vínculo;
- c) Garantir o funcionamento ininterrupto do serviço (24 horas por dia, 7 dias por semana), assegurando atendimento contínuo e adequado aos usuários;
- d) Manter equipe de referência em número e qualificação compatíveis com o serviço prestado, conforme normativas do SUAS, assegurando atendimento qualificado, contínuo e humanizado, sem qualquer vínculo empregatício com o Município;
- e) Comprovar, sempre que solicitado, a regularidade trabalhista, previdenciária e fundiária de seus colaboradores, incluindo vínculos empregatícios e recolhimentos legais;

- f) Fornecer aos seus trabalhadores, quando necessário, os equipamentos de proteção individual (EPIs), conforme as normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis, garantindo condições adequadas de trabalho e assumindo responsabilidade por eventuais ocorrências;
 - g) Garantir livre acesso às dependências da unidade ao fiscal do contrato, à Vigilância Socioassistencial, à Diretoria de Proteção Social Especial e aos órgãos de controle e defesa de direitos, tais como Conselhos de Direitos e Conselho Tutelar, independentemente de prévio agendamento, resguardadas as rotinas do serviço;
 - h) Elaborar, manter atualizado e cumprir o Projeto Político-Pedagógico (PPP) ou documento equivalente, contendo as diretrizes, normas e rotinas do serviço de acolhimento.
 - i) Elaborar e atualizar o Plano Individual de Atendimento (PIA) para cada usuário, em consonância com as normativas do SUAS e do ECA, garantindo acompanhamento sistemático e individualizado, em articulação com a rede de proteção e em observância às determinações judiciais;
 - j) Comunicar imediatamente à contratante, por meio dos e-mails protecaosocialespecial@itajai.sc.gov.br e vigilancia.socioassistencial@itajai.sc.gov.br, toda ocorrência relevante relacionada ao usuário, independentemente de dia ou horário, especialmente: I – acolhimento; II – transferências; III – evasão; IV – desacolhimento, exclusivamente mediante determinação judicial.
- A comunicação deverá conter, no mínimo, a identificação do usuário, a data de acolhimento e, quando for o caso, a data e a motivação da ocorrência, para fins de controle, regulação de vagas e acompanhamento do caso;
- k) Encaminhar à Diretoria de Proteção Social Especial, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, relatório de execução contendo informações sobre os atendimentos realizados no mês anterior, quantitativo de usuários atendidos e demais dados necessários ao monitoramento;
 - l) Manter organizados, atualizados e disponíveis os prontuários e registros dos usuários, assegurando o sigilo das informações e a observância às normas de proteção de dados e aos direitos das crianças e adolescentes;
 - m) Garantir a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos usuários, promovendo ações que favoreçam a convivência familiar e comunitária, conforme diretrizes do SUAS e do ECA.

9.2. Obrigações da Contratante:

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, são obrigações da contratante:

- a) Informar à contratada os procedimentos, fluxos e diretrizes necessários à execução do serviço, especialmente quanto à regulação de vagas e ao encaminhamento dos usuários;
- b) Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços prestados, por meio do(a) fiscal do contrato, da Vigilância Socioassistencial e da Diretoria de Proteção Social Especial, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável;
- c) Efetuar o pagamento pelos serviços prestados, no prazo e condições estabelecidos, considerando o quantitativo de vagas efetivamente ocupadas e devidamente comprovadas pela contratada;

- d) Proporcionar as condições necessárias para que a contratada possa executar o serviço, inclusive prestando as informações e esclarecimentos pertinentes à execução contratual;
- e) Notificar a contratada, por escrito, acerca de irregularidades verificadas na execução do serviço, estabelecendo prazo para sua regularização, quando for o caso;
- f) Aplicar as sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e do instrumento contratual, em caso de descumprimento das obrigações assumidas;
- g) Comunicar formalmente à contratada a aplicação de penalidades, quando for o caso.
- h) Validar, por meio da Vigilância Socioassistencial e do fiscal do contrato, as informações relativas à ocupação das vagas, relatórios de execução e demais documentos apresentados, para fins de pagamento e monitoramento do serviço;
- i) Poderá glosar, total ou parcialmente, os valores devidos à contratada, caso sejam constatadas inconsistências, irregularidades na execução do serviço ou divergências nas informações relativas aos usuários atendidos, datas de acolhimento e desacolhimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- j) Designar, para análise da habilitação técnica, operacional e de instalações das futuras contratadas, equipe composta por 02 (dois) assistentes sociais, sendo para tanto dado vistas dos processos para credenciamento e o prazo de sobrestamento de 10 (dez) dias para emissão de parecer.

10. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

10.1. A contratação dos interessados será formalizada por:

(X) Contrato administrativo, com vigência inicial de 12 (doze) meses, iniciando a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada mediante termo aditivo, por interesse das partes e precedido de requerimento formal (ofício) pela contratada à contratante, em até 30 (trinta) dias antes de expirar o período de vigência contratual.

10.1.2. Caso a contratada não se manifeste quanto à prorrogação da vigência contratual no prazo previamente estabelecido, entender-se-á como desinteresse na continuidade da prestação do serviço. Nessa hipótese, a Administração Pública realizará a devida avaliação quanto à continuidade do contrato e adotará as providências administrativas necessárias para garantir a regular transição do serviço.

Ressalta-se que, considerando tratar-se de serviço de acolhimento, eventual encerramento contratual deverá assegurar a continuidade da proteção aos usuários acolhidos, não sendo admitida a interrupção abrupta do atendimento. Nesses casos, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania procederá com o acompanhamento dos usuários e, se necessário, realizará o remanejamento para outras instituições credenciadas ou para outras alternativas da rede de atendimento, garantindo a continuidade do cuidado e a preservação dos vínculos estabelecidos.

Após a conclusão do processo de transição e não havendo mais usuários vinculados à instituição, o respectivo quantitativo de vagas poderá ser redistribuído entre as demais credenciadas ou destinado a nova instituição credenciada, conforme a demanda existente.

10.1.3. A prorrogação contratual será precedida de avaliação da execução do serviço pela contratante, anuída pelo/a fiscal do contrato.

10.2. A prestação dos serviços deverá ter início imediato após a assinatura do contrato.

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Endereço: Rua Antônio Caetano nº 105, Fazenda, 88302-380, Itajaí/SC

E-mail: sas-secretaria@itajai.sc.gov.br

Telefone: (47) 3248-0800

10.3. Gestão e Fiscalização:

- Gestor do contrato: André Leonardo Severino
Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania
Matrícula: 1659804

- Fiscal Administrativo do contrato: Aline Gonçalves
Diretora Executiva
Matrícula: 1361503

- Fiscal Técnico do contrato: Roseli Tondorf Cesconetto
Diretora do Departamento de Proteção Social Especial
Matrícula: 2689001

11. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. Em tratando de serviços, será adotada sistemática de medição e pagamento associada ao recebimento definitivo.

11.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pela contratada em sua proposta comercial. O pagamento prosseguirá mediante a apresentação da Nota Fiscal, após a conferência da documentação e da execução dos serviços pela fiscalização do contrato, instruído dos seguintes documentos:

- a) CNDs das esferas municipal, estadual e federal, trabalhista/INSS e FGTS e dos holerites de pagamento dos funcionários;
- b) Relatório contendo as atividades contempladas em cada fase e o período de duração de cada uma;
- c) Relatório contendo o quadro de RH atualizado com os nomes, formações e/ou especialização dos funcionários, a carga horária exercida e o comprovante de pagamento salarial do mês anterior;
- d) A ficha de encaminhamento de cada usuário/a pelo serviço/órgão requisitante, que poderá ser formalizado pelo SAFI ou e-mail;

11.2.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.2.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.2.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.2.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. REPACTUAÇÃO

Não será aplicada repactuação no presente processo.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: conforme regulamentado na Lei 14.133/2021, em seus arts. 155 e seguintes.

15. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

15.1. Terá o valor global estimado correspondente ao número de 150 (cento e cinquenta) vagas a serem contratadas, sendo previsto solicitação de credenciamento no valor de R\$ 11.401.308,00 (onze milhões, quatrocentos e um mil, trezentos e oito reais), correspondente a:

NÚMERO DE VAGAS	VALOR POR VAGA	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
150	R\$ 6.334,06	R\$ 950.109,00	R\$ 11.401.308,00

15.2. No preço fixado não haverá inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, sendo incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como tributos de qualquer natureza e as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços.

15.3. A ocupação das vagas ocorrerá de acordo com a necessidade da demanda apresentada pela contratante, sendo pago apenas o número de vagas, através de mensalidade proporcional ao uso da vaga.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão Orçamentário – 88000 – Fundo Municipal de Assistência Social;

Despesa – 1098 - 88.88088.8.244.101.2.166.0.339000 – Aplicações

Fonte de recurso – 20001 – Superavit de Recursos Ordinários.

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16.3. Os demais exercícios orçamentários, serão empregadas as despesas da LOA reservadas à Manutenção da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Datado e assinado digitalmente.

Itajaí, junho de 2026

ASSINATURAS:

ANDRÉ LEONARDO SEVERINO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

JOÃO VITOR MOREIRA SAMARÃO

AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA